

**Relatório da Administração**

A CHB - Companhia Hipotecária Brasileira apresenta suas demonstrações financeiras referentes ao primeiro semestre de 2014.

Na carteira de crédito a CHB passou a concentrar seus esforços na originção de operações de financiamentos e refinanciamentos imobiliários junto às pessoas físicas e também na compra de contratos de compra e venda a prazo com alienação fiduciária ou promessas de compra e venda a prazo junto a construtoras e incorporadores, tendo como compradores essencialmente pessoas físicas e imóveis residenciais. Com esta estratégia a carteira de crédito chegou a R\$ 58.356mil no encerramento do 1º semestre de 2014, representando um crescimento de 107% sobre a carteira de crédito 30/06/2013. O total de provisão para devedores duvidosos em 30/06/2014 soma R\$ 1.674mil, representando 2,78% da carteira de crédito.

Atualmente como agente financeiro do Ministério das Cidades nos programas Sociais de Habitação a CHB deu continuidade a gestão dos programas em vigor, chegando em 30/06/2014 com a gestão de R\$ 24.139mil, representando uma redução de R\$ 8.820mil em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta redução ocorre por conta da finalização de programas anteriores e pela redução no ritmo de liberação de novos recursos referentes a nova fase do PMCMV iniciada no segundo semestre de 2012. Nestes programas, além do gerenciamento dos projetos, a CHB também administra os recursos disponibilizados, aplicando em Títulos e Valores Mobiliários públicos e privados com liquidez adequada às necessidades do programa. Em 30/06/2014 a CHB mantém um total de R\$ 739mil em disponibilidade e R\$ 22.900mil em Títulos e Valores Mobiliários.

Para sustentar o crescimento da carteira de crédito, além de estruturar uma securitização de parte desta carteira, numa operação que foi formalizada após o encerramento deste período, a CHB emitiu LCI's, tendo como lastro as operações de crédito e suas garantias imobiliárias. Em 30/06/2014 a CHB tinha um total de R\$ 59.542 mil, o que representa um crescimento de 118% sobre o mesmo período em 2013.

O resultado apurado pela CHB no 1º semestre de 2014, após IR e Contribuição Social, foi um prejuízo de R\$ 389mil, neste mesmo período, em 2013, a Companhia teve um lucro de R\$ 544mil. O Patrimônio Líquido verificado no encerramento do 1º semestre de 2014 foi de R\$ 19.710mil.

Após o encerramento deste período, a CHB formalizou e liquidou financeiramente uma operação de securitização de parte dos seus ativos com garantias imobiliárias. A operação, no valor de R\$ 14.297mil, foi liquidada financeiramente em 31/07/2014. Esta operação teve como finalidade reduzir os riscos de crédito, de liquidez e de taxas da Companhia, em linha com a política de gestão e controle de riscos estabelecidos para sua gestão. Os créditos de longo prazo foram cedidos sem qualquer coobrigação ou retenção de risco por parte da CHB.

Natal, 12 de setembro de 2014.

**Balancos patrimoniais**

**Em 30 de junho de 2014 e 2013**  
**(Em milhares de reais)**

Ativo	Nota explicativa	2014	2013
<b>Circulante</b>		<b>46.148</b>	<b>52.637</b>
Disponibilidades		739	236
Títulos e valores mobiliários		<b>22.900</b>	<b>36.032</b>
Carteira própria		22.900	36.032
Operações de crédito	4	<b>17.306</b>	<b>14.914</b>
Setor privado		17.808	15.243
(-) Provisão para operações de crédito		(502)	(329)
Outros créditos	6	<b>4.751</b>	<b>1.003</b>
Diversos		4.751	1.003
Outros Valores e Bens		<b>452</b>	<b>452</b>
Bens Não de Uso Próprios		452	452
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>50.637</b>	<b>23.601</b>
Relações Interfinanceiras	7	<b>9.587</b>	<b>10.426</b>
SFH - Sistema Financeiro de Habitação		12.695	13.534
(-) Provisão para perdas com créditos vinculados		(3.108)	(3.108)
Operações de crédito	5	<b>41.050</b>	<b>13.175</b>
Setor privado		42.222	13.467
(-) Provisão para operações de crédito		(1.172)	(292)
<b>Permanente</b>		<b>1.512</b>	<b>1.620</b>
Investimentos	8	<b>466</b>	<b>466</b>
Ações e cotas		466	466
Imobilizado de uso	9	<b>1.046</b>	<b>1.154</b>
Imóveis de uso		1.687	1.687
Outras imobilizações de uso		1.166	1.135
(-) Depreciação acumulada		(1.807)	(1.668)
<b>Total do ativo</b>		<b>98.297</b>	<b>77.858</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
	<b>Nota explicativa</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Circulante</b>		<b>64.725</b>	<b>49.966</b>
Recursos de Letras Imobiliárias	10	<b>35.680</b>	<b>14.568</b>
Obrigações por emissão de LCI		35.680	14.568
Obrigações por empréstimos e repasses	11	<b>24.139</b>	<b>32.959</b>
PSH - Programa de subsídio habitacional		1.288	1.753
Minha Casa Minha Vida		22.851	31.206
Outras Obrigações	12	<b>4.906</b>	<b>2.439</b>
Fiscais e Previdenciárias		414	293
Diversas		4.492	2.146
<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>13.862</b>	<b>8.184</b>
Recursos de Letras Imobiliárias	10	<b>13.862</b>	<b>8.184</b>
Obrigações por emissão de LCI		13.862	8.184
<b>Patrimônio líquido</b>	13	<b>19.710</b>	<b>19.708</b>
Capital social		7.074	7.074
Aumento de capital		10.946	12.926
Capital a Integralizar		-	(990)
Reserva de Lucros		2.079	698
Prejuízos acumulados		(389)	-
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>98.297</b>	<b>77.858</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações do resultado**  
**Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013**  
**(Em milhares de reais)**

	Nota Explicativa	2014	2013
Resultados com operação de crédito		4.472	2.414
Resultado com títulos e valores mobiliários		1.567	1.687
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	14	<b>6.039</b>	<b>4.101</b>
Despesas com captação		(1.887)	(735)
Resultado de Reversão/Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(823)	9
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(2.710)</b>	<b>(726)</b>
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>3.329</b>	<b>3.375</b>
Receita de prestação de serviços		22	736
Despesas de pessoal		(1.875)	(1.621)
Outras despesas administrativas	15	(2.270)	(2.520)
Despesas tributárias		(265)	(325)
Outras receitas e despesas operacionais	16	826	1.135
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(3.562)</b>	<b>(2.595)</b>
<b>Lucro antes do IRPJ e da CSLL</b>		<b>(233)</b>	<b>780</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	17	(156)	(236)
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>		<b>(389)</b>	<b>544</b>
Ações em circulação no final do exercício		<b>7.074</b>	<b>7.074</b>
<b>Lucro líquido por ação em R\$</b>		<b>(0,05)</b>	<b>0,08</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
**Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013**  
**(Em milhares de reais)**

	Nota Explicativa	Capital Social	Aumento de Capital	Capital a Integralizar	Reserva de Capital	Reserva de Lucros Estatutárias	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2013</b>		<b>7.074</b>	-	-	<b>1.782</b>	<b>466</b>	<b>8.852</b>	<b>- 18.174</b>
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	544	544
Destinação do lucro líquido		-	-	-	27	517	(544)	-
Integralização de capital com reservas		10.946	-	-	(1.782)	(314)	(8.850)	-
Integralização de capital		1.980	-	-	-	-	-	1.980
Capital a integralizar		-	-	(990)	-	-	-	(990)
<b>Saldos em 30 de junho de 2013</b>		<b>7.074</b>	<b>10.946</b>	<b>(990)</b>	-	<b>179</b>	<b>519</b>	<b>- 19.708</b>
<b>Mutações no período</b>		<b>-</b>	<b>12.926</b>	<b>(990)</b>	<b>(1.782)</b>	<b>(287)</b>	<b>(8.333)</b>	<b>- 1.534</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2014</b>		<b>7.074</b>	<b>12.926</b>	<b>(990)</b>	-	<b>250</b>	<b>1.829</b>	<b>- 21.089</b>
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	-	(389)	(389)
Estorno de recurso para aumento de capital	13.1	-	(990)	-	-	-	-	(990)
Estorno de capital social a integralizar	13.1	-	(990)	990	-	-	-	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2014</b>		<b>7.074</b>	<b>10.946</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>250</b>	<b>1.829</b>	<b>(389) 19.710</b>
<b>Mutações no período</b>		<b>-</b>	<b>(1.980)</b>	<b>990</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(389)</b>	<b>(1.379)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações do fluxo de caixa**  
**Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013**  
**(Em milhares de reais)**

		2014	2013
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>(389)</b>	<b>544</b>
<b>Ajustado por:</b>			
Depreciação e amortização		76	(8)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa		1.090	108
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>		<b>777</b>	<b>644</b>
<b>Varição de Ativos e Obrigações</b>			
Títulos e valores mobiliários		961	1.827
Relações Interfinanceiras		(618)	(1.595)
Operações de crédito		(28.300)	(7.205)
Outros créditos		(540)	2.886
Outros valores e bens		(223)	(110)
Recursos de letras imobiliárias		21.977	3.262
Obrigações por empréstimos e repasses		4.645	964
Outras obrigações		2.324	(1.403)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>		<b>1.567</b>	<b>(730)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de Imobilizado		(16)	(44)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>		<b>(16)</b>	<b>(44)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Integralização de capital		-	990
Estorno de recurso para aumento de capital		(990)	-
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(990)</b>	<b>990</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>561</b>	<b>216</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período		178	20
Caixa e equivalente de caixa no final do período		739	236
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>561</b>	<b>216</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
**Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013**  
**(Em milhares de reais)**

**1. Contexto operacional**  
 A Companhia Hipotecária Brasileira ("Companhia"), é uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em operações ativas e passivas relacionadas a crédito, captações de recursos de terceiros e repasses no País de programas sociais.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis**  
 As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976, com alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei 11.941/2009 associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil

(BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no que for aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a Companhia, na elaboração das demonstrações contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 03 - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro-Resolução CMN nº 4.007/11;
- CPC 24 - Divulgação de eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/11.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável, "impairment" de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos para negociação, ativos não financeiros e outras provisões.

**Resumo das principais práticas contábeis**

**3.1. Caixa e equivalentes de caixa**

As disponibilidades compreendem os depósitos bancários disponíveis e aplicações interfinanceiras com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução BACEN nº 3.604/08.

**3.2. Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração e estão dispostos nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda;
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados como "para negociação" e os títulos "disponíveis para venda", são ajustados na data do balanço pelo seu valor de mercado e, aqueles classificados como títulos mantidos até o vencimento, são avaliados pelo seu custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "para negociação" são contabilizados em contrapartida a uma conta de receita ou despesa do período. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "disponíveis para venda" são contabilizados em contrapartida a uma conta destacada do patrimônio, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

Os fundos de investimento financeiro são avaliados pelo valor da quota informada pelos administradores dos fundos, na respectiva data do balanço.

A carteira de títulos e valores mobiliários da Companhia é classificada em 100% em títulos para negociação.

**3.3. Relações interfinanceiras**

Constituída essencialmente de contratos levados ao FCVS (Fundo de Compensação das Variações Salariais), requerendo o recebimento dos recursos pela CEF - Caixa Econômica Federal.

A provisão para perdas é constituída para os contratos ainda não habilitados ou para os quais não foram apresentados os requerimentos de compensação.

**3.4. Operações de crédito**

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

A atualização ("accrual") destas operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em "Receitas" e, a partir do 60º dia, em "Rendas a apropriar".

As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e os respectivos encargos, e retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar. As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos, calculados "pro rata" dia e as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

**3.5. Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa**

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações e aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mínimo no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando eventos e condições indiquem ou evidenciem amortização relevante da dívida e melhoras de suas garantias, conforme previsto pela Resolução 2.682/99. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

**3.6. Outros valores e bens**

Representados substancialmente por bens não de uso próprio, recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda. São ajustados ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização.

**3.7. Investimentos**

As demais participações societárias minoritárias são avaliadas ao custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas prováveis na realização de seu valor, quando essa perda estiver comprovada como permanente.

**3.8. Ativo imobilizado**

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, utilizando como base o valor do custo menos o valor residual (como também, deduzindo o valor alocado ao terreno no caso dos imóveis). São os seguintes períodos de vida útil, estimados para cada grupo de ativo:

Grupo de ativo	Vida útil estimada	% por ano
Imóveis	25	4
Móveis e equipamentos	10	10
Sistema de processamento de dados	5	20
Sistema de transportes	5	20
Outros	10	10

O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, conforme necessário, a cada fechamento de balanço.

**3.9. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)**

O impairment e outros ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**3.10. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e no Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

**Ativos contingentes:** Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabam mais recursos;

**Contingências passivas:** São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os

Crédito. Uma vez aprovada, a operação de crédito, a Área de Crédito efetua o acompanhamento da formalização dos documentos e a autorização de pagamento a ser processado pela área de Tesouraria.

Periodicamente, a área de Crédito efetua uma reavaliação de crédito com base na pontualidade das operações e no rating de cada cliente, propondo percentuais de provisionamento a serem efetuados pela área contábil.

#### 21. Índice de Basiléia

A Companhia encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido requerido pela Resolução nº 2.099/94 do Banco Central do Brasil (BACEN), que versa sobre o Acordo de Basiléia e atualizada conforme o novo acordo de capital (Basiléia II), cujas apurações do patrimônio líquido de referência e do patrimônio de referência exigido foram alteradas pelas Resoluções nos 3.444/07 e 3.490/07 do Banco Central do Brasil (BACEN). Dentro deste contexto regulamentar que a Companhia está inserida, deve-se manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos ponderados, por fatores que variam de 0% a 300% e um índice mínimo de 11% de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco, este índice em 30 de junho de 2014 apresentou um nível de 50,65% (em 30 de junho de 2013 esse nível foi de 36,02%).

#### 22. Seguros

A Companhia não contratou seguros prediais, ou outros seguros no período findo em 30 de junho de 2014 por entender que não é necessário, devido as operações do período.

#### 23. Autorização para divulgação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 10 de setembro de 2014, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridas.

Álvaro Alberto Souto Filgueira Barreto - Diretor Presidente  
Teresa Josefina Paiva Souto Filgueira Barreto - Diretora Vice Presidente  
Abdias Martins de Castro Filho - Contador - CRC 004073/O-1-RN

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Acionistas da

**CHB – Companhia Hipotecária Brasileira**

Natal - RN

Examinamos as demonstrações contábeis da **CHB – Companhia Hipotecária Brasileira ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores, e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento

do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CHB – Companhia Hipotecária Brasileira**, em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Natal, 12 de setembro de 2014.

**BDO RCS Auditores Independentes**  
CRC-25P-013846/O-1-S-RN

**Jairo da Rocha Soares**  
Contador CRC-15P-120458/O-6-S-RN